

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

CNPJ nº 07.522.669/0001-92 | Companhia de Capital Fechado



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta	193	175	10%	681	508	34%
EBITDA	115	147	(22%)	434	269	61%
Resultado Financeiro	(68)	(58)	17%	(244)	(209)	17%
Lucro Líquido	(4)	30	N/A	-	(70)	N/A

INDICADORES OPERACIONAIS						
	2024	2023	Variação			
Energia Injetada total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	2.105	2.180	(3,4%)	8.236	8.044	2,4%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	1.862	1.971	(5,5%)	7.204	7.120	1,2%
Número de Clientes (mil)	1.188	1.180	0,7%			
DEC anualizado (horas)	5,04	7,01	(28,1%)			
FEC anualizado (interrupções)	3,80	4,74	(19,8%)			
Perdas de Distribuição (%)	11,30%	11,41%	(0,11 p.p.)			

Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2024	2023	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,93	5,10	(2,17)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários³ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 2.105 GWh no 4T24 (-3,4% vs. 4T23) e de 8.236 GWh em 2024 (+2,4% vs. 2023).
- EBITDA de R\$ 115 milhões no 4T24 (-22% vs. 4T23) e de R\$ 434 milhões em 2024 (+61% vs. 2023).
- Capex de R\$ 275 milhões em 2024, sendo R\$ 75 milhões destinados à expansão de redes.
- DEC de 5,04h (abaixo do regulatório de 6,85h) e FEC de 3,80x (abaixo do regulatório de 4,89x).
- Perdas totais 12 meses de 11,30% no 4T24, enquadrada no limite regulatório (11,74%).
- Reajuste tarifário com variação da Parcela B de +5,0%, aplicado a partir de 22 de outubro de 2024.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2024, a Neoenergia continuou a consolidar ótimos resultados em todo território do Distrito Federal. Guiados por estratégias sustentáveis, investimos no sistema elétrico do DF, o que resultou em diversas melhorias para a população. Entre os avanços, destacam-se a redução significativa de interrupções no fornecimento de energia, e a ampliação de programas sociais e de eficiência energética, que promoveram o uso de fontes renováveis e a instalação de painéis solares, que acabaram contribuindo para a redução da conta de luz e a preservação do meio ambiente.

Nossas equipes trabalharam incansavelmente em turnos durante 24 horas por dia e sete dias por semana para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica com qualidade e segurança para cerca de 1,2 milhões de clientes, mesmo em cenários de adversidade climática. Esse número de clientes vem crescendo, e neste último ano foram adicionados cerca de 8 mil clientes, um acréscimo de 0,7% na nossa base de consumidores.

Nosso compromisso com o desenvolvimento da população e o cenário do mercado local continuou a gerar emprego e renda, concluímos mais duas turmas no curso de formação de eletricistas, capacitando 44 novos profissionais para o mercado de trabalho. Destes, 98% foram contratados, sendo 21 homens e todas as 22 mulheres, ampliando a equidade de gênero também nas áreas técnico-operacionais da empresa. Entre nossos compromissos de ESG, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está o aumento da presença de mulheres nas atividades de eletricista, promovendo a igualdade de gênero, emprego digno e crescimento econômico nas regiões onde atuamos. Desde nossa chegada ao Distrito Federal, já capacitamos 387 profissionais através da escola de eletricistas, sendo 151 mulheres (46%).

Mantivemos nosso compromisso com investimentos robustos na infraestrutura do sistema elétrico, através da expansão, modernização e automação da rede. Em 2024, os investimentos ultrapassaram R\$ 275 milhões, cerca de 5,6 vezes a média histórica anual antes da nossa chegada. Esses valores trazem inúmeros benefícios como uma maior confiabilidade da nossa rede de distribuição e a redução do risco de apagões e interrupções de grandes proporções.

Dessa forma, esses investimentos empregados de maneira prudente, aliados às ações e estratégias implantadas, têm garantido a melhoria contínua na qualidade do fornecimento. Isso resultou no melhor resultado nos indicadores de continuidade desde que chegamos no DF, sendo o indicador de Duração Equivalente por Cliente (DEC) de 5,04 horas e a Frequência Equivalente por Cliente (FEC) de 3,80 interrupções, ambos abaixo dos limites regulatórios e 28% e 20% melhores que os resultados do ano anterior.

Com nossa estratégia de sustentabilidade econômico-financeira, direcionamos os investimentos, alinhados à cultura de eficiência em custos e processos, conseguimos melhorar a qualidade e reduzir as despesas, atingindo um EBITDA de R\$ 434 milhões.

O compromisso com nossos clientes permaneceu em 2024, bem como nossa posição no ranking de Teleatendimento/Call Center, permanecendo com o melhor resultado dentre as distribuidoras de grande porte. Concluímos o ano com todas as nossas lojas de atendimento modernizadas e aumentamos a quantidade de totens de autoatendimento, que responderam por mais de 390 mil atendimentos ao longo do ano. Chegamos à 100% das Regiões Administrativas com nosso atendimento itinerante, fortalecendo a nossa relação de proximidade com a população.

Continuamos focados em nosso programa de combate a perdas, com ações de inteligência e em parceira com o GDF, assegurando eficiência e o rigor no enfrentamento de furtos e à inadimplência, atingindo um índice de perdas totais 12 meses de 11,30%, permanecendo abaixo do limite regulatório e mantendo a tendência de queda. Isso representa uma redução de 20% quando comparada com o índice da nossa chegada no DF.

Nas ações de combate à inadimplência, é importante destacar que renovamos a parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, um projeto pioneiro no setor e que promove um importante canal de diálogo para aqueles que possuem dívidas com a distribuidora. Além disso, foram promovidos feirões de negociação e disponibilizados diversas formas de pagamento com o intuito de regularização de pendências.

Como parte do nosso compromisso social, a Neoenergia Brasília regularizou a energia elétrica para aproximadamente 2,8 mil famílias em 2024. Desde sua chegada ao Distrito Federal, a empresa já beneficiou cerca de 40 mil famílias, promovendo desenvolvimento econômico e social para essa parcela da população e garantindo o fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança em todo o Distrito Federal. Em 2025, seguiremos com o mesmo propósito junto à sociedade do DF, com um planejamento de regularização do fornecimento de energia de mais famílias.

Também lançamos um projeto de Cooperação entre a Neoenergia, o Tribunal de Justiça do DF e a Instituição OndaSUP. O objetivo foi proporcionar aos jovens de serviços de acolhimento e/ou em situação de vulnerabilidade social, assim como aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, acesso ao mercado de trabalho através do programa de aprendizagem da Neoenergia Brasília. Até o momento, já foram contratados três aprendizes por meio deste programa.

Além disso, destinamos cerca de R\$ 13,5 milhões para ações do Programa de Eficiência Energética (PEE), regulado pela Aneel. Em 2024, substituímos mais de 64 mil lâmpadas, beneficiando mais de 14 mil consumidores em 41 comunidades do Distrito Federal.

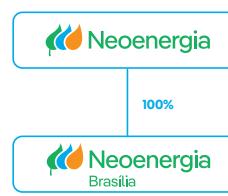
No âmbito do projeto de Eficientização de prédios públicos e assistenciais, foram construídos três sistemas fotovoltaicos que totalizam 546 kWp e substituídos mais de 66 mil lâmpadas que beneficiaram 188 prédios, que incluem escolas, unidades de saúde e instituições filantrópicas. Ainda dentro dos projetos de eficiência, iniciamos a ação inovadora com o lançamento da Plataforma de consumo consciente, que permite aos clientes monitorar em tempo real o consumo de energia através de um equipamento de baixo custo e que permite o envio de alertas e orientações sobre consumo consciente.

Agradeço a dedicação e empenho de todo o time de colaboradores da Neoenergia Brasília. Além dos resultados históricos alcançados, vocês têm transformado a vida da sociedade do Distrito Federal. Para 2025, reafirmamos nosso compromisso de fornecer energia elétrica com qualidade e segurança a toda a população, valorizando e capacitando nossos colaboradores para proporcionar uma melhor experiência e satisfação aos nossos clientes.

Frederico Jacob Candian
Diretor-presidente da Neoenergia Brasília

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Brasília detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 33 municípios do Distrito Federal (DF), abrangendo uma área de concessão de 5,8 mil km². É uma Companhia de capital fechado, com 100% do seu capital detido pela Neoenergia, conforme estrutura abaixo:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais. No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários.

No Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho agradecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%.

Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto

com a meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O Índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 15 de outubro de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Distribuição Brasília, o qual entrou em vigor em 22 de outubro, com efeito médio de -3,32% para os consumidores (-4,19% para alta tensão e -2,98% para baixa tensão).

Os fatores que mais impactaram no reajuste foram os componentes financeiros e os encargos setoriais. A variação da Parcela A foi de -2,8%, totalizando R\$ 3.108,9 milhões, impactada pelas reduções de -7,7% nos encargos setoriais e -11,7% nos custos com transmissão e pelo aumento de 2,13% nos custos de compra de energia.

O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 276,20/MWh. Já a variação da Parcela B, foi de 5,0% reflexo da inflação acumulada no período (IPCA) de +4,46%, menos o Fator X que foi de -0,03%, resultando no valor da Parcela B de R\$ 647,8 milhões.

3.2. Principais discussões tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

O Despacho ANEEL nº 894, de 21/03/24, publicou os valores de Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos tarifários a partir de 1º/03/24 a 28/02/25. No entanto, em 25 de abril, houve uma retificação, através do Despacho ANEEL nº 1.296/2024, dos valores apurados relacionados ao WACC. A taxa real depois dos impostos aplicado às distribuidoras foi de 7,72%, enquanto em 2023 era de 7,42%; para as transmissoras e geradoras foi de 7,56%, enquanto em 2023 era de 7,26%.

Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22/06/23, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coser e Neoenergia Elektro).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios do SUDAM/SUDENE para contrapartida social.

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual.

Em 20 junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual.

Em 16 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, o prazo de envio de contribuição se encerrou em 02/12/24, e como próximos passos, espera-se o resultado desta consulta com a publicação do termo aditivo pela ANEEL.

Ato Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica, no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei nº 14.300/2022 (marco legal MMGD).

Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Mineração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

Em maio de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.094/2024 com regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e mineração distribuída. Esse tema foi debatido por meio da Consulta Pública nº 31/2022 e, segundo decisão da agência, o cálculo da sobrecontratação involuntária ocorrerá para as sobras de energia apuradas a partir de 2022, abrangendo todas as instalações de MMGD existentes. Na regulamentação do art. 24, estabeleceu-se as regras para que consumidores com MMGD possam vender energia para a distribuidora. De forma bem resumida, a distribuidora pode fazer uma chamada específica para esses geradores, informando-a para os consumidores cadastrados. Para fazer a venda, eles devem fazer adesão à CCEE, e estão sujeitos a um preço máximo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou o ano com 1.188 mil consumidores ativos, incremento de 8 mil novos consumidores vs. 2023 (+0,7%).

Número de Consumidores (milhares)	Participação no Total %		2024 x 2023	
	2024	2023	2024	2023
Residencial	1.051	1.043	88,5%	88,4%
Industrial	1	1	0,1%	0,1%
Comercial	120	119	10,1%	10,1%
Rural	10	10	0,8%	0,8%
Outros	7	6	0,6%	0,5%
Total	1.188	1.180	100%	100%
			8	0,7%

Energia Distribuída (GWh)	4T24 x 4T23		Participação no Total %		2024 x 2023</	

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Brasília		4T24 x 4T23		Participação no Total %		Neoenergia Brasília		2024 x 2023		Participação no Total %	
	4T24	4T23	Dif.	%	4T24	4T23	2024	2023	Dif.	%	2024	2023
	420	370	50	13,5%	23%	19%	1.481	1.305	176	13,5%	21%	18%
Residencial	677	709	(32)	(4,5%)	36,3%	36,0%	2.582	2.549	33	1,3%	35,8%	35,8%
Industrial	151	157	(6)	(3,8%)	8,1%	7,9%	582	592	(10)	(1,7%)	8,1%	8,3%
Comercial	536	564	(28)	(5,0%)	28,8%	28,6%	2.087	2.055	32	1,6%	29,0%	28,9%
Rural	28	38	(10)	(26,3%)	1,5%	1,9%	133	144	(11)	(7,6%)	1,8%	2,0%
Outros	312	350	(38)	(10,9%)	16,7%	17,8%	1.246	1.316	(70)	(5,3%)	17,3%	18,5%
Suprimento	37	50	(13)	(26,0%)	2,0%	2,5%	154	134	20	14,9%	2,1%	1,9%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	1.741	1.868	(127)	(6,8%)	94%	95%	6.784	6.789	(5)	(0,1%)	94%	95%
Energia de compensação GD	120	103	17	16,5%	6,4%	5,2%	420	331	89	26,9%	5,8%	4,6%
Total Energia Distribuída (cativa+livre+GD)	1.862	1.971	(109)	(5,5%)	100%	100%	7.204	7.120	84	1,2%	100%	100%

O consumo residencial apresentou retração de -4,5% no 4T24 vs. 4T23, devido às temperaturas mais baixas no trimestre. Em 2024, o segmento registrou um crescimento de +1,3% vs. 2023, impulsionado principalmente pelas temperaturas mais altas no IS24 e aumento na base de clientes. A classe industrial (cativa + livre) registrou redução de -3,8% no 4T24 vs. 4T23 e de -1,7% em 2024 vs. 2023, explicado pelo menor consumo do setor de Minerais não metálicos. A classe comercial (cativa + livre) totalizou 536 GWh no 4T24, -5,0% vs. 4T23 e 2.087 GWh em 2024, +1,6% vs. 2023, principalmente, por maiores temperaturas no IS24. O consumo da classe rural (cativa + livre) totalizou 28 GWh no 4T24, -26,3% vs. 4T23 e 133 GWh em 2024, -7,6% vs. 2023, em razão do maior volume de chuvas no trimestre, reduzindo a demanda por irrigação. As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio - cativa + livre), apresentaram retração de -10,9% no 4T24 vs. 4T23 e de -5,3% em 2024 vs. 2023, com destaque para o menor consumo da classe de iluminação pública.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada total (incluindo GD) atingiu 2.105 GWh no 4T24 (-3,4% vs. 4T23), devido às temperaturas mais amenas na área de concessão. Já no ano, totalizou 8.236 (+2,4% vs. 2024), explicado pelo maior incremento da Geração Distribuída.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24		4T23		4T24 x 4T23		2024	2023	2024 x 2023	
	Dif	%	Dif	%	Dif	%			Dif	%
Neoenergia										
Mercado Cativo	1.321	1.498	(177)	(11,8%)	5.302	5.484	(182)	(3,3%)		
Mercado Livre + Suprimento	420	370	50	13,5%	1.481	1.305	176	13,5%		
Energia Distribuída (A)	1.741	1.868	(127)	(6,8%)	6.784	6.789	(5)	(0,1%)		
Energia Perdida (B)	230	215	15	7,0%	854	880	(27)	(3,0%)		
Não Faturado (C)	(19)	(12)	(7)	58,3%	11	(5)	15	320,0%		
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.952	2.071	(119)	(5,7%)	7.648	7.664	(16)	(0,2%)		
Energia Injetada pela GD (E)	153	109	44	40,4%	588	380	208	54,7%		
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	2.105	2.180	(75)	(3,4%)	8.236	8.044	192	2,4%		

NOTA: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas totais 12 meses (%)											
	Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total			
4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24		
Neoenergia												
8,15%	8,17%	8,20%	8,23%	8,34%	3,26%	2,98%	2,95%	2,78%	2,96%	11,41%	11,15%	11,15%
										11,02%	11,30%	11,74%
Perdas totais 12 meses (GWh)												
4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24		
625	630	639	639	638	250	230	230	216	227	874	861	868
										856	864	898

NOTAS: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses.

A Neoenergia Brasília apresentou perdas totais 12 meses de 11,30% no 4T24, abaixo do limite regulatório de 11,74%.

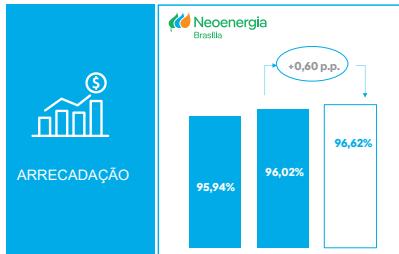
Em 2024 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de mais de 28 mil inspeções, com recuperação de 86 GWh;
- (ii) Substituição de cerca de 34 mil medidores obsoletos por equipamentos mais modernos;
- (iii) Regularização de aproximadamente 2.677 ligações clandestinas;
- (iv) Realização de 53 ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores:



A arrecadação totalizou 96,62% no 4T24, incremento de +0,60 p.p. em relação ao trimestre anterior, evidenciando o êxito do plano de recuperação de crédito.

PECLD / ROB	4T23					4T24					Limite Regulatório 4T24	2024	Limite Regulatório 2024
	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24			
Neoenergia	ROB	1.443	1.353	1.342	1.332	1.415	1.415	5.442	5.442	5.442			
PECLD		13	13	8	10	17	7	48	29	29			
Inadimplência	0,88%	0,94%	0,62%	0,74%	1,23%	0,52%	0,89%	0,54%					

- NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.
- O indicador PECLD/ROB no 4T24 foi de 1,23%, acima do limite regulatório de 0,52%.
- No 4T24 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação. Dentre elas, destacamos:
- (v) 30 mil suspensões de fornecimento em clientes comerciais e industriais;
 - (vi) 82 mil negativações;
 - (vii) Acompanhamentos de 13,8 mil instalações de clientes que sofreram suspensão do fornecimento;
 - (viii) Protesto de 89 mil títulos, por meio dos cartórios;
 - (ix) 1,6 milhões de cobranças terceirizadas por meio de assessorias;
 - (x) Ações sistemáticas e customizadas para Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;
 - (xi) Implementação de novas tecnologias possibilitando pagamento das faturas de energia por meio do cartão;
 - (xii) Negociações para 28 mil consumidores por meio da plataforma digital;
 - (xiii) Notificação de 78 mil clientes por meio do WhatsApp.

4.6. DEC e FEC (12 meses)

Os bons resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Brasília superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela Companhia, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.

DEC (horas)

7,04

6,85

5,12

4,89

FEC (vezes)

4,74

3,80

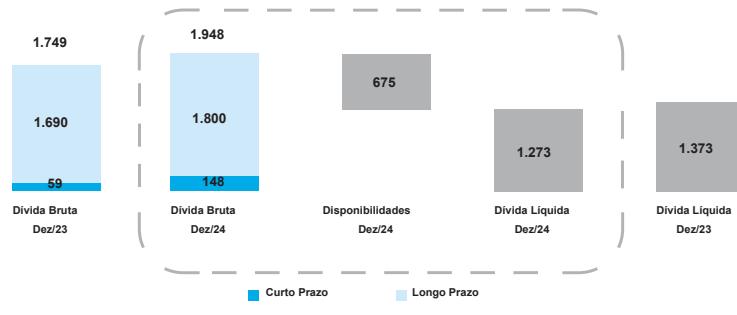
Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 1.273 milhões (dívida bruta de R\$ 1.948 milhões), apresentando redução de 7% (R\$100 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação à segregação do saldo devedor, a Neoenergia Brasília possui 92% da dívida contabilizada no longo prazo e 8% no curto prazo.

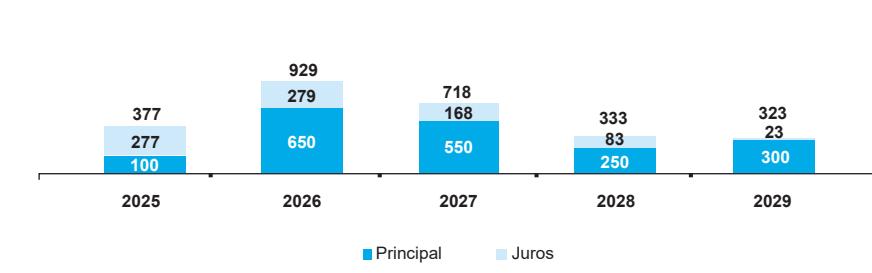
R\$ MM



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.

R\$ MM



8. OUTROS TEMAS

8.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores (milhares)	4T24		4T23		4T24 x 4T23	
			Dif.		%	
Convencional	950	948		2	0,2%	
Baixa Renda	101	95		6	6,3%	
Total	1.051	1.043		8	0,8%	

8.2. Práticas de Gestão

8.2.1. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Brasília reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo:

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações. A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

8.2.2. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nossa objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

• **Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho:** como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;

• **Conteúdos de diversidade e inclusão:** foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;

• **Vilarejos Junt+s:** rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGTFobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;

• **Escola de Eletricistas:** iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;

- **Potencialize:** programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- **Herenergy:** programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- **Formação administrativa de pessoas com deficiência:** programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- **Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher:** iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030. Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaque:

- **Eu cuido do meu quadrado:** os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
- **Ensinando Profissões:** palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- **Campanha de doação de roupas:** arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- **Operação Quilo:** doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- **Árvore da Solidariedade:** a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- **Gincana da Solidariedade:** nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

9. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

9.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	4	36
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%
	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%
S	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67
	Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%
G	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%
	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓
	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%
F				>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com

o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO2 nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil. No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio "Boas práticas" do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de "CEO Elas lideram 2030" mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

9.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidextridade organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia *first to market*, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuem com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- **Tecnologias disruptivas** cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos;
- **Novos produtos e serviços** competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- **Digitalização e automação** em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, machine learning e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- **Inovação com startups**, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- **Cultura de inovação e talento** como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos - Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, startups e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade - Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com startups; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multilink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

9.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social da BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiários por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.

• 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;

• Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncava Baiano; a formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siriabão, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.

• Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

9.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto "NAP" de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo. Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (Western Hemisphere Shorebird Reserve Network), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

9.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Brasília tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total do PEE, em 2024, foi de R\$ 13,5 milhões. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 64 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por descontos na conta de energia. Mais de 8 toneladas de resíduos foram recicladas, resultando em quase R\$ 16 mil de desconto na conta de energia elétrica para cerca de 300 consumidores, através da operação de 11 máquinas da Retorne Machine.
- Projetos educativos em escolas públicas, capacitando mais de 1.000 professores e 51.000 alunos de 146 unidades de ensino sobre o uso eficiente da energia elétrica.
- Projetos de eficiência em 188 prédios públicos e assistenciais na área de concessão da distribuidora, incluindo instalações da FAB e Correios. Foram substituídas mais de 66.000 lâmpadas e instaladas 3 usinas solares fotovoltaicas, totalizando 546 kWp.
- Projetos de Eficiência de Iluminação Pública em 4 localidades de Brasília (Eixo L e Eixo W do Plano Piloto, EPCT - Estrada Parque Contorno e parte da EPJK - Estrada Parque Juscelino Kubitschek) com a substituição de mais de 2,5 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- Projeto Plataforma Consumo Consciente, que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia residencial para coletar dados e disponibilizá-los em uma plataforma de monitoramento de consumo em tempo real, de baixo custo. A plataforma oferece interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

9.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia Brasília: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 11,6 milhões no Programa de PDI da Neoenergia Brasília. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

Segurança:

- (i) **Smart Safety Eye**, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

Eficiência Operacional:

- (i) **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspenção e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;
- (ii) **Plataforma Integrada de Automação para Simulação de Subestação**, realiza testes de interoperabilidade, integrações entre equipamentos e sistemas, além de testes de lógicas de controle e proteção.

10. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 498.614, dos quais R\$ 418.835 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 79.778 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

11. BALANÇO SOCIAL

Nossa desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas do Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com). e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

12. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Brasília apresenta os resultados do 4T24 e 2024 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explanativas (*)
	4T24	2024	4T23	2023	
RECEITA Operacional Líquida	985	3.535	871	3.279	
(+) Custos com energia elétrica	(681)	(2.591)	(662)	(2.570)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(116)	(276)	(36)	(211)	Demonstrações de resultado
Custo com Energia	(797)	(2.867)	(698)	(2.781)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	5	13	2	10	Nota 3
MARGEM BRUTA	193	681	175	508	
(+) Custos de operação	(99)	(344)	(57)	(190)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(2)	(9)	(14)	(53)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(39)	(136)	(9)	(206)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	50	176	34	146	Nota 6
(+) Outras receitas	28	114	31	112	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	-	-	-	- Nota 3.3
Despesa Operacional (PMOS)	(61)	(199)	(15)	(191)	
(+) PCE	(17)	(48)	(13)	(48)	Demonstrações de resultado
EBITDA	115	434	147	269	
(+) Depreciação e Amortização	(50)	(176)	(34)	(146)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(68)	(244)	(58)	(209)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(1)	(14)	(25)	16	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	(4)</				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	3.662	3.401
Custos		(3.211)	(2.971)
Custos com energia elétrica	4	(2.591)	(2.570)
Custos de construção	5	(276)	(21)
Custos de operação	6	(344)	(190)
Lucro bruto		451	430
Perdas de créditos esperadas	10.2	(48)	(48)
Despesas com vendas	6	(9)	(53)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(136)	(206)
Lucro operacional		258	123
Resultado financeiro	7	(244)	(209)
Receitas financeiras		85	83
Despesas financeiras		(264)	(219)
Outros resultados financeiros, líquidos		(65)	(73)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		14	(86)
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(14)	16
Corrente		(6)	(4)
Diferido		(8)	20
Prejuízo do exercício			(70)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	19.2 (a)		
Ordinária		(0,00)	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	Notas	2024	2023
Prejuízo do exercício			(70)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa		-	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado			(1)
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa		(11)	19
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes		4	(6)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado		(7)	13
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos		(7)	12
Resultado abrangente do exercício		(7)	(58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2024	2023
Prejuízo do exercício			(70)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa		-	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado			(1)
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa		(11)	19
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes		4	(6)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado		(7)	13
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos		(7)	12
Resultado abrangente do exercício		(7)	(58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Prejuízo do exercício		-	-
Outros resultados abrangentes		-	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		797	1.436
Saldos em 31 de dezembro de 2022		797	1.436
Prejuízo do exercício		-	-
Outros resultados abrangentes		-	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		797	1.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Neoenergia Distribuição Brasília (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede no Distrito Federal - Brasília - Brasil, é sociedade anônima de capital fechado, e controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Distrito Federal abrangendo uma área de concessão de 5.780 km ² , a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 66/1999 - ANEEL com vencimento em 2045. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Distrito Federal. 1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais: As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os principios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas do mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governação e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1 Gestão de riscos financeiros e mercado: A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' e nem 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuiu em 31 de dezembro de 2024, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preços, tanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities, que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preços nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. Commodities energéticas - Energia elétrica: os preços das commodities energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	(70)

Ajustado por:	
Depreciação e amortização (*)	180
Baixa de ativos não circulantes	19
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	14
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	244
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(13)
Alterações no capital de giro:	
Contas a receber de clientes e outros	55
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(7)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(1)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	102
Outros tributos a recuperar (recoller) e encargos setoriais, líquidos	(37)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(6)
Outros ativos e passivos, líquidos	(7)
Caixa gerado nas operações	543
Caixa gerado nas operações	144
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	368
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(290)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(290)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(290)
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (a))	400
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(1)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(200)
Obrigações especiais	26
Pagamento de principal - Arrendamentos	(4)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	221
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	299
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	372
Transações que não envolveram caixa:	
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	4
Arrendamentos capitalizados	5
Total do circulante	1.805
Não circulante	
Contas a receber de clientes e outros	10
Títulos e valores mobiliários	15.3 (a)
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.2
Outros	

reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes da comercialização da energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Rating de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (I)	AA	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	-

(I) Bank of America - BofA possui *rating* somente em escala global.

1.1.2. Gestão de riscos operacionais: (a) Risco regulatório: Ambiente Regulatório: A Companhia está sujeita à aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo a possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proveitos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL do processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Em relação aos indicadores referentes ao ano de 2023, a análise realizada pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado - SFF da ANEEL apresentou indicação de descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira da Distribuidora. Tal descumprimento enseja a realização de aporte equivalente ao valor que deveria ser reduzido da dívida líquida da Distribuidora para que os indicadores fossem considerados cumpridos. Em junho de 2024, foram protocolados pela ABRADEE e pela Companhia pleitos administrativos perante a ANEEL com vistas a aperfeiçoamentos no processo de análise da sustentabilidade econômico-financeira referente ao ano civil de 2023, bem como no sentido de afastar fatos não recorrentes ocorridos naquele ano, o que se aceito leva à apuração de cumprimento de tais indicadores pela Companhia. Em função desses pleitos, foi concedida pela ANEEL medida cautelar para suspender a apuração do ano de 2023, até a análise de mérito, conforme Despacho nº 1.883/2024, de 25 de junho de 2024. No momento, aguarda-se a análise dos pleitos administrativo e a decisão a ser emanada pela Diretoria Colegiada da ANEEL, com expectativa da devolução de prazo para apreço no caso dos requerimentos não serem acatados. Após a decisão ainda cabe recurso administrativo por parte da Companhia, a qual defende não ser necessário o aporte, uma vez que não há problema de sustentabilidade da Concessão. Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. **Indicadores de Continuidade do Fornecimento:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia. **Postergação de Reajustes:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993. **Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos à eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Re-

gulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de indicadores para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios. **(b) Risco hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita de venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de re-pactuação do risco hidrológico. **(c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 507
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 44
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 824
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
D&O	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 150
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são compatíveis com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas Estimativas e julgamentos significativos

- Receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados
- Tributos sobre o lucro diferidos
- Perdas de créditos esperadas
- Ativos e passivos financeiros setoriais
- Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
- Instrumentos financeiros derivativos
- Provisão para processos judiciais
- Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante e não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes de, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecido como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exigir que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	2.865	2.492
Disponibilidade da rede elétrica (I)	2.591	2.449

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2024	2023
CVA e neutralidade		
Energia (I)	131	(162)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	4	46
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	(4)	(127)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(33)	16
Neutralidade de encargos setoriais	(19)	(29)
PROINFA	4	(30)
Componentes financeiros e subsídios	83	(286)
Repasso de sobrecontratação (4)	(184)	82
Risco hidrológico	(7)	21
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(8)	5
Diferimento de reajuste (5)	(135)	(50)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	-	116
Modicidade Eletrobras (7)	(3)	65
Passivo Baixa Renda	-	78
Bandeira escassez hídrica (nota II)	-	(146)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (8)	7	-
RTE Covid (9)	11	-
Outros	3	3
Total	(316)	174
	(233)	(112)

(I) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; (3) CVA passiva, em função da quitação antecipada da CDE Covid e CDE Escassez Hídrica, conforme autorizado pela MP nº 1.212/2024, resultando em uma CVA a devolver no exercício; (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (5) Referente à reversão, no ciclo 2023/2024, dos valores considerados no processo tarifário de 2023, em função do diferimento associado aos pagamentos referentes à potência contratada de Itaipu, nos termos do Decreto nº 10.665/2021; (6) Referente à amortização, no ciclo 2023/2024, dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS; (7) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse à distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2024; (8) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Mícro e Mineração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº 9 de 2024; e (9) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário - RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37 de 2024.

3.3 Outras receitas:

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	104	101
Comissão serviços de terceiros	9	9
Renda da prestação de serviços	1	-
Serviço taxado	2	2
(-) Compensação regulatória (I)	(2)	-
Total	114	112

(I) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensão indevida.

3.4 Deduções de receita bruta:

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(989)	(761)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(416)	(435)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(5)	(5)
Total	(1.410)	(1.201)

(I) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita da disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cátivos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus crise hídrica. As subvenções são registradas em uma sistemática durante os períodos em que o objeto da subvenção seja reconhecido no resultado do exercício, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data de balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é 0% (zero por cento). Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e previa do Generation Scaling Factor (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023	2024	2023
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (I)	3.158	3.685	(736)	(738)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(167)	(107)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	1.099	1.292	(193)	(205)
Contratos por cotas de garantia física (4)	1.939	1.935	(73)	(756)
Energia Itaipu (6)	1.205	1.286	(275)	(280)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	239	249	(83)	(84)
Energia MMGD (nota 17)	-	-	(21)	-
Subtotal	7.759	8.572	(2.256)	(2.232)
Créditos de PIS e COFINS			203	200
Total	7.759	8.572	(2.053)	(2.032)

6.3. Depreciação e amortização:

	2024	2023	2024	2023
Quota de depreciação e amortização				
Subtotal	(180)	(151)	4	5
(-) Crédito PIS/COFINS				
Total	(176)	(146)		

6.4. Outras receitas e despesas, líquidas:

	2024	2023
Seguros	(2)	(2)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(5)	-
Propaganda e publicidade	(4)	(4)
Multa por inadimplência/contratual	22	19
Perdas/alienação/desativação	(5)	(15)
Indenização danos elétricos	(1)	(5)
Material	(15)	(11)
Outros	(1)	(7)
Total	(11)	(25)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	59	36
(-) Tributos sobre receita financeira	(9)	(7)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	34	34
Atualização de depósitos judiciais	1	2
Outras receitas financeiras	-	18
Total	85	83

8.2 Tributos sobre o lucro, outros tributos, encargos setoriais e resarcimento a consumidores

	2024	2023
PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.		
(I) A variação é decorrente da redução de contratos, devido a participação no MVE (vendendo energia) e dos MCSD EN (cedendo energia); (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2024 (127,86 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2023 (72,36 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual); (3) A variação é decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores; (4) A redução é decorrente da descontização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/M/ME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2024 (REH nº 2.996, de 14 de dezembro de 2021) em relação a 2023; (5) A variação é decorrente de reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores, a partir de 01 de abril de 2024 (Corumbá IV) e a partir 22 de outubro de 2023 (contratos que são concatenados com o reajuste da distribuidora); (6) Redução da demanda (REH nº 3.296, de 12 de dezembro de 2023) e da Tarifa US\$/kW (REH nº 3.303/2023, de 19 de dezembro de 2023); (7) Aumento do custo com ESS Brasil decorrente de restrições operativas, que ocasionaram o aumento do despatch térmico para atendimento da elevação da carga, influenciada pelos picos de temperatura e atendimento no horário de ponta; e (8) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do término de vigência de leilões de energia de reserva em 2024 e do aumento do PLD em 2024, comparado com 2023.		
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	(279)	(62)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	84	110
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	(88)	(184)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	219	62
Perdas com variações cambiais e monetárias	(3)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	2	1
Total	(264)	(219)

Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
8.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:		
8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.		
8.2.1 Tributos sobre o lucro antes dos tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro antes dos tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	14	(86)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(5)	29
Tributos sobre o lucro		
Outras adições (reversões) permanentes	(9)	(13)
Alíquota efetiva		
Corrente	(6)	(4)
Diferido	(8)	20
Total	100%	19%

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão	Software	Total
Taxa de amortização a.a.	4,45%	0,00%	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.012	-	3.012
Baixas	(16)	(16)	
Amortização	(175)	(175)	
Transferências - ativo financeiro (1)	3	3	
Transferências - ativo contratual (2)	181	181	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.005	-	3.005
Custo	4.923	4.923	
Amortização acumulada	(1.611)	(1.611)	
Obrigações especiais	(307)	(307)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.903	8	2.911
Baixas	(12)	(12)	
Amortização	(143)	(143)	
Transferências - entre intangíveis	8	(8)	
Transferências - ativo financeiro (1)	(1)	(1)	
Transferências - ativo contratual (2)	257	257	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.012	-	3.012
Custo	4.729	4.729	
Amortização acumulada	(1.431)	(1.431)	
Obrigações especiais	(286)	(286)	

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração; (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2024	2023
Energia elétrica	216	251
Encargos de uso da rede	58	53
Materiais e serviços	90	65
Energia livre (1)	17	16
Total	381	385
Circulante	364	369
Não circulante	17	16

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos bancários	1.175	1.001
Mercado de capitais	818	613
Empréstimos e financiamentos	1.993	1.614
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(45)	135
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(671)	(372)
Títulos e valores mobiliários	(4)	(4)
Dívida líquida	1.273	1.373

15.2 Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratau derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2024	2023
Denominados em R\$	979	996
Indexados a taxas flutuantes	979	996
Denominados em US\$	1.016	620
Indexados a taxas fixas	1.016	620
(-) Custos de transação	(2)	(2)
Passivo circulante	147	50
Passivo não circulante	1.846	1.564
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:		

Custo médio em % CDI (1)
Custo médio em taxa Pré (2)
Saldo da dívida
Instrumentos financeiros derivativos
Dívida total líquida de derivativos

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; (2) Resultado da Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2025	112	189	76	377
2026	796	195	(62)	929
2027	675	145	(102)	718
2028	250	83	1	333
2029	300	23	-	323
Total	2.133	635	(88)	2.680

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 2,52 anos (3,08 anos em dezembro de 2023). **c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	1.614	1.302
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	400	350
Amortizações de principal	(200)	(1)
Custo de captação	(1)	(1)
Pagamento de encargos de dívida	(169)	(133)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	154	144
Variação cambial	195	(48)
Saldo final do exercício	1.993	1.614

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 400, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 junto ao Santander com prazo de venci-

mento em 3 anos; e (ii) R\$ 200 via 6ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 5 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as operações captadas, no montante de R\$ 350, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 junto ao Bank of America com prazo de vencimento em 4 anos; e (ii) R\$ 150 junto ao MUFG com prazo de vencimento em 2,5 anos.

d) Linhas de crédito:

Linhos de crédito rotativas Moeda Data limite de captação Montante total

Linhos de crédito rotativas R\$ 02/08/2026 200

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2024 é de 0,47% a.a. (0,47% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total. **e) Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 89% contratos de dívida que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

Limites contratual	Medição em inferior (1)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,12
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	N/A

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas de composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestral ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e (3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **15.2.1. Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,52% e 2,72%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 11. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Adições e reversões, líquidas

Pagamentos

Atualizações monetárias

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Circulante

Não circulante

Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias			
Cíveis	(1)	(2)	(3)	(4)	Total
52	50	30	23	155	155
7	(2)	-	-	5	5
(8)	(6)	-	-	(14)	(14)
9	5	-	-	12	12
60	47	30	25	162	162

Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias			
Cíveis	(1)	(2)	(3)	(4)	Total
37	55	30	69	191	191
15	(2)	-	(48)	(35)	(35)
(4)	(9)	-	(1)	(14)	(14)
4	6	-	-	13	13
52	50	30	23	155	155

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos: **1) Provisões cíveis:** Do total reconhecido, destacam-se: • Eletrobrá: Ação movida em face da Neoenergia Brasília para requerer aluguelo pela parcela de imóvel vendido e não entregue em sua totalidade, em virtude de não desocupação pela ASCEB. Os valores de aluguelo estão estimados em R\$ 25; e • ASCEB: Ação com trânsito em jul

previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); e (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	32	31
Benefícios pós-emprego	41	40
Total	73	71
Passivo circulante	38	35
Passivo não circulante	35	36

18.1. Benefícios pós-emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez, no formato de benefício definido e contribuição definida, assim constituídos: • Plano previdenciário FACEB BD e FACEB SALDADO, ambos instituídos na modalidade de Benefício Definido (BD) e fechados para novas adesões; e • Plano previdenciário denominado CEBPREV, na modalidade de Contribuição Definida (CD), fechado para novas adesões, não reconhecido como benefício pós-emprego e por essa razão não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação pós-emprego. Os Planos de Benefícios FACEB BD e SALDADOS são financiados por contribuições de participantes, assistidos e patrocinadora, definidas anualmente pela FACEB, de acordo com o plano de custeio. Atualmente, além das contribuições normais, os Participantes, Assistidos e Patrocinadora efetuam contribuições extraordinárias para equacionamento de déficit. Em julho de 2020 o Plano BD passou por um processo de saldamento, no qual ocorreu a migração de participantes e assistidos para os Planos FACEB SALDADO e CEBPREV, ocasionando uma redução no passivo atuarial do plano. Após saldamento as dívidas dos contratos de equacionamento relativos a 2016, 2017, 2018, 2020 e o déficit do Plano BD, de responsabilidade da patrocinadora, foram consolidados em um único contrato de confissão de dívidas (54º equacionamento), atualizados mensalmente pela variação do INPC-IBGE e capitalização mensal de juros à taxa de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do contrato de equacionamento de dívidas era de R\$ 78 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2023). A gestão dos planos de benefício é realizada pela FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB (Curador). O Curador dos planos, gestor externo à Administração da Companhia, responsável pela governança e com obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. O Curador dos planos da Companhia é entidade fechada de previdência complementar ou segurança social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2024	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Condição	Situação financeira
Planos de benefício definido					
FACEB - Faceb Saldado	8	492	222	Fechado	Deficitário
FACEB - Plano BD	2	-	-	Fechado	Deficitário
Total	10	714			

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios definido			
Equacionamento PREV FACEB 16	1	1	Março/2036
Equacionamento PREV FACEB 17	1	1	Julho/2036
Equacionamento PREV FACEB 18	3	3	Novembro/2038
Equacionamento PREV FACEB 20	4	4	Julho/2038
Total	9	9	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

</

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas:**

2024				
	Subsidiárias da Neoenergia	Contro- ladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	-	10	-	10
	-	10	-	10
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	11	-	19	30
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	167	-	167
	11	167	19	197

20.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/ remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
					Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
a Geração CIII	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	12 anos	2036	(10)	(115)	(13)	(120)
a Céu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	18 anos	2042	(1)	(4)	-	(4)
b Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(1)	(1)	(3)
b Neoenergia Coelba	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(2)	-	(3)
b Neoenergia Elektro	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(2)	-	(5)
Controladora								
Item Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/ remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
c Neoenergia	Contrato de FEE por aval	N/A	2 anos	2026	10	(19)	7	(16)
d Neoenergia	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeter- minado	Indetermi- nado	(167)	-	(167)	
Acionistas e outros								
Item Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	6 anos	2030	(12)	(100)	(11)	(95)
a Corumbá III	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	12 anos	2036	(7)	(77)	-	-

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	2	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	-
	4	3

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

2024		2023	
CA	VJORA	CA	VJRA
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	140	- 531	59 - 313
Títulos e valores mobiliários	3	- 1	3 -
Contas a receber de clientes e outros	1.108	-	1.101 -
Instrumentos financeiros derivativos	-	52	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	2 -
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	-	325 -
Outros ativos	59	-	20 -
Total	1.310	52	857 1.185 - 583
Passivos financeiros			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	381	-	385 -
Empreéstimos e financiamentos	1.993	-	1.614 -
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	397	-	250 -
Instrumentos financeiros derivativos	-	7	-
Passivo de arrendamento	42	-	41 -
Outros passivos	17	-	48 -
Total	2.830	7	- 2.338 135 - 135

CA - Custo Amortizado; VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes; VJR - Valor Justo por meio do Resultado.

21.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precisar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes das estimativas da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

2024		2023			
Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	531	-	531	313	-
Títulos e valores mobiliários	1	-	1	1	-
Instrumentos financeiros derivativos	52	-	52	-	-
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	325	325	-	269 269
Total	584	325	909	314	269 583
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	7	135	-
Outros passivos	-	-	-	-	-
Total	7	-	7	135	- 135

Caixa e equivalentes de caixa

2023				
Subsidiárias da Neoenergia	Contro- ladora	Acionistas e outros	Total	
-	7	-	7	7
-	7	-	7	7

2024				
Subsidiárias da Neoenergia	Contro- ladora	Acionistas e outros	Total	
14	-	11	25	
14	167	-	167	
14	167	11	192	

2023				
Subsidiárias da Neoenergia	Contro- ladora	Acionistas e outros	Total	
(125)	-	(180)	(305)	
(6)	-	(1)	(7)	
-	-	(19)	(19)	
(131)	(19)	(181)	(331)	

2024				
Subsidiárias da Neoenergia	Contro- ladora	Acionistas e outros	Total	
(130)	-	(95)	(225)	
(12)	-	(2)	(14)	
-	-	(16)	(16)	
(142)	(16)	(97)	(255)	

mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte.

A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos de derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps e Non-Deliverable Forwards (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectiva através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes. O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023
Ativo	US\$ 164	US\$ 128	2026 - 2027	987	606
Passivo	R\$ 920	R\$ 714		(942)	(741)
L					

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.**, tendo examinado, em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Ana Teresa Lafuente González - Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Leonardo Pimenta Gadelha

Solange Maria Pinto Ribeiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na SMAS S/N Trecho 1 Lote A, Park Corporate, Torre 1, 4º Andar, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.522.669/0001-92, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da **NEOENERGIA BRASÍLIA** alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **NEOENERGIA BRASÍLIA** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 17 de fevereiro de 2025.

Frederico Jacob Candian
Diretor PresidenteRenato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com InvestidoresLuciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e ControleFabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia Distribuição Brasília S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica: Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidas quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os valores suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas a: (i) determinados controles de tecnologia da informação; e (ii) mensuração da receita não faturada de disponibilidade da rede elétrica referente a consumidores de Mini e Microgeração Distribuída ("MMGD"), sendo esta última originada de ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando a natureza, a época e a extensão, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo de receita de fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da

rede elétrica. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICP0 01 (R)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluiram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionados ao processo de acompanhamento e ao monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: **Demonastração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos neste pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados para planejarmos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluirmos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião. Se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte.DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 01609/0-8 "F" RJFernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1PR 050422/0-3

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 18/02/2025

